



ATA Nº 02/2019

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE  
RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS CHAPECÓ E IRANI E  
BACIAS CONTÍGUAS

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezenove, estiveram reunidos em Assembleia Geral Ordinária - AGO, no Auditório da Epagri, os membros representantes das entidades participantes do Comitê de Bacias Chapecó/Irani e membros da entidade executiva Ecopef (conforme lista de presença anexa a presente ata). Havendo número legal, o presidente do Comitê, Sr. Ivan Tadeu Baldissera cumprimentou a todos, agradecendo a presença, deu por aberta a sessão iniciando pela leitura dos assuntos em pauta. Citou a presença do vice presidente Clenoir Antônio Soares e em seguida passou a palavra para Sra. Manuela/Ecopef que fez a leitura da ata da Assembleia anterior. A secretária do Comitê Sra. Aline Sobroza Pedrozo fez a leitura dos ofícios recebidos. Ofício nº 025/VR-CCO/2019 Unoesc, que altera os membros: Sr. Diego Beal (titular) e Sra. Daiane Pavan (suplente); ofício nº 01/2019 IFSC São Carlos que solicita vaga no Comitê Chapecó/Irani; Ofício 03/2019 da Colônia de pescadores Z-35 que solicita vaga no comitê e ofício 59/2019 do Ibama Unidade técnica de 2º nível em Chapecó, SC que altera membros: Sra. Taise Bresolin (titular) e Sr. Carlos Vinicius Gonçalves Ferreira (suplente); Ofício nº08/2019 solicitando o desligamento das entidades Consórcio Lambari e AMAUC. Foi aprovada a entrada das novas entidades. O presidente Ivan destacou que o comitê fará visitas na Polícia Ambiental, Celesc e Funai, entidades estas que se manifestaram pela saída do comitê a fim de reverter a decisão. Passando para o item da pauta, prestação de contas, Sr. Ivan expôs que não houve movimentação de recursos financeiros em 2018 e apresentou as atividades realizadas naquele ano. Passou para o Sr. Rafael Leão, presidente da Ecopef que atuará como Entidade Executiva, que apresentou a necessidade de estrutura de apoio aos comitês, o processo de chamamento público, o histórico da ECOPEF e os projetos em andamento. Além disso, apresentou as metas e indicadores que a entidade precisa alcançar, e apresentou o Plano de Aplicação de Recursos do Comitê Chapecó Irani. Apresentou a equipe técnica local da Ecopef que é formada pela Bióloga Manuela Gazzoni dos Passos, que atuará como auxiliar administrativa e o Engenheiro Sanitarista e Ambiental André Leão que atuará como técnico com o apoio de uma equipe regional, formada por um coordenador, assessoria administrativa, assessoria jurídica, assessoria contábil, jornalista e de marketing. O sr. André apresentou as atividades realizadas pela entidade executiva durante os três primeiros meses de atuação da Ecopef, entre as quais destacou-se: elaboração de mapa, material de apoio, acompanhamento da Câmara técnica e auxílio na elaboração do parecer final, organização e mobilização da AGO, palestra sobre o Dia Mundial da Água, agendamento de entrevista em rádio, entre outros. O Sr. Ivan passou a palavra ao Sr. Vilmar Comassetto (coordenador do Projeto de gestão dos comitês do Oeste Catarinense que apresentou o Plano de Comunicação e as formas como será a comunicação entre o comitê chapecó/irani, membros e sociedade. Na sequência apresentou o Plano de Capacitação do Comitê com as possibilidades de nove atividades para o ano



de dois mil e dezenove. A Sra Geciane, sugeriu trabalhar algo no dia do meio ambiente, alguma atividade exclusiva. A Sra. Manuela falou do Seminário Internacional de Sustentabilidade que acontecerá em junho e que o comitê pode ser parceiro. O Sr. Alessandro expôs que a ideia de realizar atividades em São Carlos é para fomentar a descentralização. A Sra. Janete falou da possibilidade de uma parceria com a SDS e o Projeto Rede Guarani/Serra Geral. O Sr. Ivan lembrou o plano de trabalho do ano e falou que a bandeira deste comitê é o uso sustentável dos recursos hídricos. Colocou em votação o Plano de Capacitação, Plano de Comunicação e Plano de Trabalho os quais foram aprovados por unanimidade. Passou a palavra para o Sr. Clenoir que explanou sobre a Câmara técnica, explicando o histórico desta solicitação e as providencias efetuadas para exarar o parecer. A Sra. Manuela e o Sr. André leram o parecer técnico elaborado pela Câmara técnica, especialmente criada para esse fim. Em relação ao parecer, foram apontadas várias sugestões: O Sr. Cesar sugeriu que não caberia relatar no texto, na conclusão, de que o Plano de Bacia na RH2 está ultrapassado. O Sr. Alessandro manifestou que a Câmara Técnica quis deixar claro que o Plano de Bacia não deu embasamento necessário devido a falta de atualização do Plano. O Sr. Paulo sugeriu incluir o nome comum das espécies de peixes. O Sr. Neimar sugere estudos da simulação das ondas de cheia antes da licença de instalação. O Sr. Rudinei propôs para que se fizessem cobranças para sejam realizados estudos para as comunidades a jusante da hidrelétrica, especialmente na questão da segurança. Questionou que a comunidade precisa saber o que acontece quando tiver uma cheia e a hidrelétrica precisar abrir as comportas. O Sr. Leandro Baucke disse que todo empreendimento é obrigatório cumprir a lei de segurança de barragens, que estará se enquadrando em uma determinada categoria de risco, conforme as características específicas de cada usina. Pode ter algumas usinas que não se encaixem na categoria de risco, o que não precisará ter determinados planos. O Sr. Renan expos que colabora com pesquisadores americanos que realizam pesquisas sobre o efeito de barragem, e que já há resultados sobre o quanto aqui na região é um problema atual. Falou que o grande problema é que a legislação leva em consideração o potencial energético para determinar se o estudo será um estudo ambiental simplificado ou um EIA RIMA, sem levar em consideração o tamanho do barramento, sendo sabido que quanto maior o represamento, maiores os impactos ambientais. O Sr. Alessandro lembrou que a promotoria vai questionar os riscos dos empreendimentos se a comunidade disser que pode impactar tanto socialmente como ambientalmente, o promotor pode solicitar novos estudos. Manifestou ainda que não é possível esperar a lei pronta e que é importante que a promotoria saiba da preocupação. O Sr. Romualdo salientou que é importante ficar claro que o que foi avaliado pelo órgão ambiental é a Avaliação Ambiental Integrada e não o Licenciamento Ambiental dos impactos cumulativos e cinérgicos positivos e negativos. Entende que o comitê com sua solidificação e empoderamento fez com que o Ministério Público solicitasse essa demanda. O Sr. Leandro explicou que em dois mil e dezessete mudou a classificação do licenciamento através da Resolução do Consema nº 98, sendo que a definição por EIA RIMA não é mais apenas por potência instalada e sim também considera a área alagada para fins de definir qual o competente estudo ambiental para fins de licenciamento. Diferenciou a operação de uma usina hidrelétrica (UHE) para uma Pequena Central hidrelétrica (PCH) ou Central Geradora Hidrelétrica (CGH), sendo que as PCHs e CGHs em linhas gerais não tem mecanismo de abertura





de comporta, a vazão acima do máximo irá passar por cima do barramento, operando à fio d'água. Nesse sentido explicou que não tem impacto no período de cheia, e aliás algumas usinas auxiliam na contenção da velocidade de ondas de cheia. O Sr. Neimar, manifestou que pelo desconhecimento da população e em especial das pessoas envolvidas, acaba se deixando coisas para trás, ou seja, se não discutir agora, antes do licenciamento, depois não terá mais possibilidade. A Sra. Fabiana representante do ICMbio, reforçou que estes estudos sejam feitos em cada licenciamento. O Sr. Vinicius lembrou que já foi submetido ao órgão ambiental a análise da avaliação integrada e o que cabe ao comitê é se manifestar e incluir tudo o que for possível para o ministério público decidir o que deverá ou não solicitar. Na sequência, os membros da Câmara Técnica se reuniram e fizeram as alterações sugeridas. O Sr. Ivan colocou o parecer da Câmara Técnica em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se para os assuntos gerais. O Sr. César, representante da SDS usou a palavra para apresentar a nova metodologia de atuação dos comitês com o apoio das Entidades Executivas. Também expôs o conteúdo da Resolução número de 19, de 19 de setembro de 2017, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que estabelece diretrizes gerais para a instituição, organização e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a necessidade dos comitês se adequarem à essa nova normativa. Antes de encerrar sua exposição, parabenizou os membros da Câmara Técnica pelo excelente parecer elaborado. A título de reflexão, disse que é necessário que o comitê seja assessorado por corpo técnico e que possa se politizar e se posicionar diante das questões que lhe são colocadas. Por isso a importância de ter uma entidade executiva para apoiar o que os comitês estão demandando. Em seguida, o Sr. Antonio Victorino Avila, Engenheiro Civil, consultor contratado pela FUNASA. Apresentou a missão da FUNASA, assim como um mapa apontando os municípios catarinenses com carência de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Lembrou da grande concentração de criação de animais, especialmente suínos e aves na região oeste, o qual colabora significativamente para a poluição dos recursos hídricos. Ainda apresentou e defendeu a criação de consórcios públicos intermunicipais para a gestão dos Recursos Hídricos com os objetivos de controlar a qualidade da água aduzida, controlar a qualidade dos efluentes, e o controle da qualidade dos mananciais. Também apresentou o projeto recém inaugurado da CISAM do município de Orleans SC. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a Assembleia Ordinária, e eu Manuela Gazzoni dos Passos, lavrei a presente ata.

Chapecó, 27 de março de 2019.

IVAN TADEU BALDISSERA

Presidente

MANUELA GAZZONI DOS PASSOS

Auxiliar administrativa